

O potencial de Timor-Leste na geopolítica da CPLP

José Palmeira¹

O poder dos Estados nas relações internacionais está directamente relacionado com a sua capacidade de materializar objectivos estratégicos. A análise geopolítica é uma metodologia utilitária para determinar o potencial dos Estados enquanto actores políticos do sistema internacional. Pela sua permanência, a geografia é uma variável importante na definição da estratégia de um Estado. Num sistema internacional cada vez mais aberto e com um número crescente de actores relevantes, elementos tradicionais de poder como a dimensão (territorial e populacional) e a posição (central ou periférica) perderam influência. A geopolítica mantém, apesar de tudo, a mesma acuidade dado que num cenário de globalização os ‘grandes espaços’ continuam a ser factor de maximização de poder para os Estados membros. A geopolítica revela o carácter dinâmico da geografia e evidencia o conjunto de alianças que compõe o puzzle do sistema internacional. É com base nesse pressuposto que a seguir se analisa o potencial de Timor-Leste na geopolítica da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Criada em 1996, com sede em Lisboa (Portugal), a CPLP é do ponto de vista geográfico uma recreação do antigo império português. A língua portuguesa é o elo que une os oito Estados membros², embora o idioma seja falado em percentagens muito variáveis.

O Português é o terceiro idioma mais falado no Ocidente e o sexto a nível mundial. Com cerca de duzentos milhões de falantes, dispersos por todos os continentes, é língua oficial de oito Estados e o principal cimento da CPLP, organização que protagoniza uma geoestratégia lusófona no quadro de uma globalização de matriz anglo-saxónica.

O idioma de Camões é língua materna ou oficial de cerca de 3,8 por cento da população mundial, numa área de 10 milhões e 500 mil quilómetros quadrados que corresponde a cerca de oito por cento do mundo habitado. O Instituto Camões³ projecta que, com a evolução demográfica, o número de falantes do Português evolua para 286 milhões, em 2025, e para 336 milhões, em 2050 (*Público* 5 Fevereiro 2001).

O Observatório da Língua Portuguesa estimou, em 2007, o número de falantes de Português como língua materna em 204.654.678. Este valor, calculado a partir de uma população de 235.807.886 correspondente aos oito Estados membros da CPLP, entra em linha de conta com o facto de em muitos desses países a percentagem de falantes de português ser minoritária. Os casos mais flagrantes são a Guiné-Bissau (5 por cento), Timor-Leste (6 por cento) e Moçambique (6,5 por cento). Angola e Cabo Verde apresentam percentagens de 40 por cento e São Tomé e Príncipe surge numa posição intermédia, com 20 por cento. Brasil e Portugal são os únicos casos onde o número de falantes é semelhante ao da população.

O Português também perdura oficialmente em Macau - Região Administrativa Especial da República Popular da China, estatuto que adquiriu em 1999 (20 de Dezembro), culminando mais de quatro séculos de soberania portuguesa. Há ainda vestígios do idioma português noutras comunidades asiáticas, como em Malaca (Malásia) e, nomeadamente, em Goa, um dos 25 estados da União Indiana.

A CPLP foi instituída à imagem da Commonwealth⁴ e da Organização Internacional da Francofonia (OIF)⁵ e o seu aparecimento apenas em finais do século XX é corolário, por um lado, da

¹ Departamento de Ciência Política e Administração Pública da Escola de Economia e Gestão, Universidade de Minho.

² Os Estados membros efectivos da CPLP são Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

³ O Instituto Camões está sob a tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal e tem como função promover a língua e a cultura portuguesas no mundo.

⁴ A Commonwealth foi criada em 1931 e reúne 53 Estados (que representam cerca de 30 por cento da população mundial) directa ou indirectamente ligados ao antigo império britânico. Entre os seus membros figuram a Austrália – um dos dezasseis Estados que reconhece o monarca do Reino Unido como Chefe de Estado – e o lusófono Moçambique (com especial ligação à África do Sul).

⁵ A Organização Internacional da Francofonia tem as suas raízes nos anos setenta e oitenta do século passado, mas só foi instituída com esta designação em 1998. Conta com 55 Estados membros efectivos, na sua maioria ligados ao

descolonização tardia de Portugal e dos consequentes traumas no relacionamento entre ex-colonizador e ex-colonizados e, por outro, do fim da guerra fria que aproximou regimes políticos que antes alinhavam em campos geopolíticos opostos.

Cálculo de Falantes de Português como Língua Materna nos países da CPLP (7 de Julho de 2007)

Países CPLP	WB, 2004	CPLP	INE	Valor relativo à população do país	%	Falantes Língua Materna
Angola	15.900.000	13.900.000		14.900.000	40	5.960.000
Brasil	186.400.000	186.770.562	189.222.071	187.464.2117	99,7	186.901.818
Cabo Verde	506.800	511.000		508.900	40	203.560
Guiné-Bissau	1.600.000	1530.000		1.565.000	5	78.250
Moçambique	19.800.000	19.400.000	19.888.701	19.696.234	6,5	1.280.255
Portugal	10.600.000	10.544.200	10.549.424	10.564.541	96	10.141.960
S. Tomé e Príncipe	156.500	162.000		159.250	20	31.850
Timor Leste	975.500	924.000		949.750	6	56.985
TOTAL				235.807.886		204.654.678

Fonte: Observatório da Língua Portuguesa (OLP 2001).

CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

WB, The World Bank Group

INE, Institutos Nacionais de Estatística (no caso, Brasil, Moçambique e Portugal):

%, Percentagem calculada de falantes de Português como Língua Materna

De uma forma pragmática pode dizer-se que a CPLP visa maximizar as potencialidades dos Estados membros e minimizar as suas vulnerabilidades através da cooperação multilateral. Trata-se, em grande medida, de procurar rendibilizar as sinergias que resultam do facto de cada um dos Oito integrar blocos regionais que, num contexto de mundialização (designadamente do comércio), tendem a relacionar-se entre si (especialmente no âmbito da Organização Mundial do Comércio). Pela diversidade regional dos seus membros, a CPLP pode constituir uma mais valia num sistema internacional cada vez mais global.

O Brasil é o Estado mais influente do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e Portugal é um dos 27 Estados que integram a União Europeia (bloco que constitui a maior potência comercial do mundo), com a particularidade de o actual presidente da Comissão Europeia ser de nacionalidade portuguesa (José Manuel Durão Barroso). Angola e Moçambique fazem parte da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) – onde pontifica a África do Sul –, enquanto que Cabo Verde e a Guiné-Bissau estão na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental e São Tomé e Príncipe na Comunidade dos Estados da África Central (de que Angola faz igualmente parte). Os cinco países africanos de língua oficial portuguesa são também membros da União Africana.

O critério regional é muitas vezes seguido na distribuição de lugares nas organizações internacionais que compõem o sistema das Nações Unidas⁶. O mesmo acontece com os ‘grandes espaços’ linguístico-políticos que tal como a Commonwealth e a OIF procuram que os seus membros tenham representatividade nas cúpulas desses organismos. Também neste domínio, onde o lóbi geopolítico tende a funcionar, a CPLP pode ter um papel.

Os primeiros passos da CPLP foram muito marcados pelo processo de autodeterminação de Timor-Leste. Com efeito, numa organização onde os pontos de consenso sobre a política internacional nem sempre se revelaram efectivos, o apoio à causa timorense mereceu unanimidade, daí que o novo Estado tenha sido acolhido de ‘braços abertos’ no seu seio logo a seguir à independência (2002).

antigo império francês - com excepções como os lusófonos Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe que no passado integraram a zona franco (moeda francesa que servia de referência nas trocas comerciais).

⁶ Os 192 Estados membros da Organização das Nações Unidas distribuem-se por África (53), Ásia e Pacífico (56), Europa (48) e Américas (35). Um relatório apresentado pelo então Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, em 2005, propôs o alargamento do Conselho de Segurança de 15 para 24 membros, colocando em paridade os quatros espaços regionais (que passariam a ter seis membros cada um).

Pequeno Estado do sudeste asiático⁷, entalado entre dois gigantes económicos e políticos (Austrália e Indonésia), Timor-Leste encontra na língua (portuguesa) e na religião (Católica) elementos de identidade num contexto de ameaça à sua afirmação nacional. Embora o número de falantes de Português no território seja muito residual (estima-se em cerca de seis por cento), a transformação deste idioma em oficial, a par do Tétum, tende a reforçar a idiosincrasia timorense, num espaço regional cuja influência é disputada por indonésios e australianos.

O Português é considerado ‘um idioma de grande importância para Timor-Leste, pois, sendo uma importante língua internacional, falada por mais de duzentos milhões de pessoas nos países da CPLP, pode proporcionar a Timor-Leste vantagens sociais e culturais e benefícios materiais’ (Costa 2008, 24).

Nos planos geopolítico e geoestratégico é do interesse de Timor-Leste a aproximação aos blocos regionais da sua área de influência, designadamente a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)⁸ – que poderá integrar em 2012 - e o Fórum das Ilhas do Pacífico⁹. O multilateralismo favorece os países com menores recursos, uma vez que não ficam dependentes de uma única hierarquia de potências (como resultaria se Timor-Leste se confinasse a um único desses blocos), o que lhe confere maior autonomia estratégica.

A participação do novel Estado na CPLP reforça o seu poder regional, uma vez que entre os parceiros lusófonos se contam países com elevado potencial (como Brasil e Angola) ou que integram blocos influentes (caso de Portugal na União Europeia). Por seu turno, Timor-Leste dá profundidade estratégica à CPLP que alarga o seu raio de influência ao sudeste asiático e à Oceânia. Do ponto de vista geopolítico, a teoria clássica da pan-região euro-asiática tem projecção na Conferência de Chefes de Estado e de Governo da União Europeia (UE), ASEAN, China, Coreia do Sul e Japão (Asia-Europe Meeting – ASEM) que reúne algumas das mais prósperas regiões do mundo e onde, para além de Portugal (UE), também Timor-Leste poderá vir a ter assento via ASEAN.

Os Estados lusófonos estiveram na primeira linha do apoio à independência de Timor-Leste e podem ter um papel decisivo na consolidação política do novo Estado. Portugal, bilateralmente ou influenciando a União Europeia, pode ser determinante na ajuda ao desenvolvimento. O Brasil e Angola, pela sua experiência na extracção e comercialização de crude, podem também ser aliados importantes, dado não terem o interesse directo dos vizinhos de Timor na exploração das reservas de petróleo existentes nas suas águas territoriais.

Timor-Leste situa-se num dos quatro corredores marítimos mais utilizados na ligação entre os oceanos Índico e Pacífico, facto que acentua o seu potencial geoestratégico. Tanto do ponto de vista económico como no plano da segurança e da defesa, os espaços terrestre, marítimo e aéreo timorenses têm elevada importância estratégica, o que explica sucessivas intervenções estrangeiras pelo controlo do seu território.

Uma das potências emergentes com vocação universal é a República Popular da China cuja presença em Timor-Leste também se faz sentir. Macau, território cuja soberania transitou de Portugal para a China em 1999, tem servido de ‘ponte’ entre o Império do Meio e os Estados membros da CPLP, ao ponto de ter acolhido a primeira edição dos Jogos da Lusofonia.

A CPLP tem atraído o interesse de outras regiões que embora integrem países terceiros se sentem culturalmente ligadas à lusofonia, como é o caso do estado de Goa, na União Indiana que em 2013 será palco da terceira edição dos Jogos da Lusofonia. A Guiné Equatorial, o Senegal e as Ilhas Maurícias têm o estatuto de observadores na CPLP, organização em relação à qual a Indonésia também já manifestou interesse em associar-se.

A República Popular da China e a União Indiana, através de Macau e de Goa, respectivamente, acabam, indirectamente por se relacionar com a CPLP e dão a esta organização uma maior amplitude em termos de relevância geopolítica. Por outro lado, tanto o Brasil como a União Indiana são candidatos

⁷ Timor-Leste situa-se no sudeste asiático, a noroeste da Austrália e no extremo oriental do arquipélago indonésio. Tem uma população de cerca de um milhão de habitantes, numa superfície terrestre de quinze mil quilómetros quadrados.

⁸ A ASEAN foi fundada em 1967, em Banguecoque, pela Indonésia, Filipinas, Malásia, Singapura e Tailândia, tendo posteriormente aderido Brunei (1984), Vietname (1995), Laos e Myanmar (1997) e Camboja (1999), num total de dez Estados membros. Timor-Leste participa como observador.

⁹ O Fórum das Ilhas do Pacífico foi fundado em 1971 pela Austrália, Ilhas Cook, Fiji, Nauru, Nova Zelândia, Togo e Samoa. Mais tarde juntaram-se a Micronésia, Kiribati, Niue, Ilhas Marshall, Palau, Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Tuvalu e Vanuatu, totalizando dezasseis Estados membros. Timor-Leste tem o estatuto de Observador Especial desde a sua fundação (2002).

naturais a membros permanentes do Conselho de Segurança num cenário de reformulação deste órgão das Nações Unidas que abranja o seu alargamento.

Outra potência regional emergente é Angola que não descarta um papel de maior relevo na cena internacional, incluindo o Conselho de Segurança das Nações Unidas, em representação do continente africano.

Neste quadro, o potencial geopolítico da CPLP pode ser substancialmente valorizado, com base na consolidação económica e social dos Estados membros e no seu potencial geoestratégico no domínio da segurança e defesa internacionais.

Estados de menor dimensão geográfica e populacional, como Timor-Leste e São Tomé e Príncipe, vêm esse potencial reforçado devido à riqueza das suas reservas petrolíferas, mas também pela posição estratégica dos respectivos territórios, atributo extensível a Cabo Verde.

As ilhas têm um valor estratégico acrescido não só devido ao aumento do tráfego marítimo - dado o apoio logístico que podem prestar - mas também numa conjuntura de proliferação de actos de pirataria ou de tráfico que obriga a uma maior fiscalização das águas internacionais. A globalização do comércio mundial reforça a importância estratégica dos Estados localizados nas suas principais rotas.

O valor geoestratégico dos Estados membros da CPLP é natural uma vez que o seu espaço corresponde ao do antigo império português e o mesmo obedeceu a uma lógica de controlo de matérias primas e dos seus principais canais de fluxo por via marítima, de que Malaca foi um dos símbolos.

Num período em que as rotas marítimas recuperam a sua relevância estratégica, o aprofundamento da cooperação no seio da CPLP confere-lhe uma utilidade acrescida em áreas como a da segurança e defesa.

Num cenário de alargamento da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) ao Atlântico Sul, o Brasil e Angola são dois candidatos naturais, pelo seu potencial regional; mas também Cabo Verde, na fronteira com o Atlântico Norte e São Tomé e Príncipe, onde os Estados Unidos da América (EUA) têm interesse estratégico-militar. A Guiné-Bissau, que devido à instabilidade interna se tem tornado um alvo fácil dos roteiros do narcotráfico internacional, é igualmente um Estado a ter em conta, até pela sua localização na transição entre a África árabe e negra.

É conhecida a importância do território português para a defesa do Atlântico Norte, facto que fez com que Portugal fosse membro fundador da NATO mesmo não tendo um regime democrático na época (1949). O chamado triângulo estratégico português (continente-Açores-Madeira) tem como principal pólo o arquipélago açoriano, onde permanece um contingente militar dos EUA, sendo que o arquipélago madeirense, pela sua localização na desembocadura do Mediterrâneo, também goza de posição privilegiada.

Dos restantes membros da CPLP, Moçambique está localizado no sul do Índico, próximo da ligação com o Atlântico e na rota de significativo comércio marítimo internacional (canal de Moçambique); tal como Timor-Leste que se situa numa das principais rotas entre os oceanos Índico e Pacífico.

A CPLP dispõe de um Secretariado Permanente para Assuntos de Defesa e está dotada de um Centro de Análise Estratégica, com sede em Maputo (Moçambique). Uma vez por ano reúne, ordinariamente, o Conselho de Ministros da Defesa e desde o ano 2000 que se realizam anualmente exercícios militares conjuntos (denominados Felino). Timor-Leste integrou pela primeira vez esta operação em 2008, com um contingente de 21 militares do Exército e da Marinha. O objectivo dos exercícios Felino é promover a interoperabilidade entre as Forças Armadas dos Estados membros da CPLP tendo em vista a sua eventual participação em missões humanitárias e de manutenção de paz, sob a égide das Nações Unidas.

As razões expostas apontam para a existência de vantagens mútuas na presença de Timor-Leste na CPLP. O Estado timorense acentua uma identidade própria num cenário regional complexo e maximiza o seu poder ao estar ligado a uma organização intercontinental - com actores relevantes no sistema internacional que emergiu da guerra fria - o que atenua a sua dependência dos vizinhos Austrália e Indonésia. A CPLP, por seu turno, passa a ter representação em todos os quadrantes regionais reconhecidos pelas Nações Unidas - África (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), Ásia-Pacífico (Timor-Leste), Europa (Portugal) e Américas (Brasil) - a exemplo das congéneres Commonwealth e OIF. Estes factos não são despididos numa altura em que Timor-Leste se procura afirmar como um Estado viável e em que a CPLP busca a sua consolidação geopolítica.

Referências Bibliográficas

- AAVV 1999, *A Comunidade de Países de Língua Portuguesa*, Atena, Sintra.
- AAVV 1999, *Fórum Macau: A Presença Portuguesa no Pacífico*, ISCSP, Lisboa.
- Agnew, John 2005, *Geopolítica: Una re-vision de la política mundial*, Trama, Madrid.
- Alves, Dário Castro 1999, 'Gltopolítica, Línguas do Mundo, Lusofonia e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Anglofonia. Russofonia', *Cultura*, 11.
- Cairo, Heriberto; Pastor, Jaime (coord.) 2006, *Geopolítica, Guerras y Resistências*, Trama, Madrid.
- Centeno, Rui; Novais, Rui (org.) 2006, *Timor-Leste: Da Nação ao Estado*, Afrontamento, Porto.
- Chacon, Vamireh 2002, *O Futuro Político da Lusofonia*, Verbo, Lisboa.
- Chaliand, Gérard 2003, *Atlas du Nouvel Ordre Mondial*, Robert Laffont, Paris.
- Costa, Luís 2008, 'O Português em Timor-Leste, que futuro?', *Timor-Leste Embaixada*, 0: 24-25.
- Cravinho, João Gomes 2002, *Visões do Mundo: As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*, ICS, Lisboa.
- Cristóvão, Fernando (dir.) 2007, *Dicionário Temático da Lusofonia*, Texto Editores, Lisboa.
- Deniau, Xavier 1998, *La francophonie*, PUF, Paris.
- Gaspar, Carlos 2002, 'Timor entre a Ásia e o Pacífico', *Janus*, UAL/Público, Lisboa.
- Gentelle, Pierre 2008, *Géopolitique du Monde Contemporain: États, continents, puissances*, Nathan, Paris.
- Grimal, Henri 1995, *Le Commonwealth*, PUF, Paris.
- Lacoste, Yves 2006, *Géopolitique: La longue histoire d'aujourd'hui*, Larousse, Paris.
- Lerma, Gustavo Palomares 2006, *Relaciones Internacionales en el siglo XXI*, Tecnos, Madrid.
- Loureiro, José Luís *et al.* (coord) 2002, *Atlas de Timor-Leste*, Lidel, Lisboa.
- Moreira, Adriano (coord.) 2001, *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Cooperação*, Almedina, Coimbra.
- Neves, Fernando Santos (org.) 2000, *A Globalização Societal Contemporânea e o Espaço Lusófono: Mitideologias, Realidades e Potencialidades*, Edições Universitárias Lusófonas, Lisboa.
- OLP (Observatório da Língua Portuguesa) 2008, *Cálculo de Falantes de Português como Língua Materna nos países da CPLP*, <http://www.observatoriolp.com/cgi-bin/main?mmod=page&pg=148>, visto 22 Novembro 2008).
- Palmeira, José 2006, *O Poder de Portugal nas Relações Internacionais*, Prefácio, Lisboa.
- Percival, Debra 2007, 'A nova estratégia Ilhas do Pacífico-UE vai de vento em popa', *The Courier*, 30 Outubro.
- Pinto, José Filipe 2009, *Estratégias da ou para a Lusofonia? O Futuro da Língua Portuguesa*, Presença, Lisboa.
- Público* 2001, 'Números do Instituto Camões', 5 Fevereiro.
- Rumley, Dennis *et al.* 1998, *Global Geopolitical Change and the Asia-Pacific: A Regional Perspective*, Ashgate, Aldershot.
- Russett, Bruce *et al.* 2006, *World Politics: The menu for choice*, Thomson Wadsworth, USA.
- Sébille-Lopez, Philippe 2007, *Geopolíticas do Petróleo*, Piaget, Lisboa.
- Wallerstein, Inmanuel 2007, *Geopolítica y Geocultura: Ensaio sobre el moderno sistema mundial*, Kairós, Barcelona.